



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Em conformidade com o Decreto N° 10.829 de 05 de outubro de 2021

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome: Eutalia Barbosa Rodrigues Naves

Cargo efetivo: Sem vínculo

Cargo comissionado: Diretora do Departamento de Condicionalidades da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, código CCE 1.15

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Curso: Graduação em Serviço Social

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Goiás- PUC- GO

Conclusão: 24/09/1995

Curso: Pós-graduação Lato -Sensu- Especialização Preceptoria no SUS

Instituição: Hospital Sírio-libanês

Conclusão: 02/02/2017

Curso: Pós-graduação Stricto -Sensu- MESTRANDA em Serviço Social- UFT

Instituição: Universidade Federal do Tocantins- UFT

Conclusão: Julho de 2023

Currículo no Lattes (link): <http://lattes.cnpq.br/5364064135529287>

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Empresa/Órgão: Secretaria Municipal de Saúde

Cargo: Assistente Social- concursada

Período: desde 27/07/2000

Descrição: Analista em Saúde- Atenção Primária

Empresa/Órgão: Secretaria Municipal de Assistência Social de Palmas

Cargo: Secretária Municipal

Período: 2005

Descrição: Gestora Municipal da Política de Assistência Social

Empresa/Órgão: Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social do Pará

Cargo: Secretária de Estado

Período: 2008 a 2010

Descrição: Gestora Estadual da Política de Assistência Social, transferência de Renda e Inclusão socioproductiva



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Em conformidade com o Decreto N° 10.829 de 05 de outubro de 2021

Empresa/Órgão: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS

Cargo: Assessora Especial SNAS e Diretora Nacional de Proteção Social Básica

Período: 2011 a 2012

Descrição: Gestão Nacional da proteção Social Básica no SUAS

Empresa/Órgão: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Cargo: Diretora de Promoção e Qualificação Profissional do Trabalho, Emprego e Renda

Período: 2013 a 2014

Descrição: Atuar na política municipal de Trabalho, acesso a Renda e economia Solidária

REQUISITOS LEGAIS/OBRIGATÓRIOS (DECRETO 9.727)

Não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990

E

Experiência profissional de, no mínimo, cinco anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;

OU

Ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS de nível 3 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, três anos;

OU

Possuir título de especialista, mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função.

OU

Enquadra-se na hipótese prevista pelo art. 9º do Decreto 9.727/2019.

Dispensa excepcional dos critérios

Art. 21. Os critérios de que tratam os art. 16 a art. 19 poderão ser dispensados, justificadamente, pelo Ministro de Estado titular do órgão ou da entidade vinculada em que estiver alocado o CCE ou a FCE, de forma a demonstrar a conveniência de dispensá-los em razão de peculiaridades do cargo ou do número limitado de postulantes para a vaga.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Em conformidade com o Decreto N° 10.829 de 05 de outubro de 2021

Parágrafo único. A competência de que trata o caput será exercida:

I - no âmbito do Banco Central do Brasil, pelo Presidente do Banco Central do Brasil; e

II - no âmbito dos órgãos subordinados diretamente ao Presidente da República cujo titular não seja Ministro de Estado, pela autoridade máxima do órgão.